



Faculdade de Direito de Varginha

- Reconhecida pelo decreto nº 68.179, de 8 / 2 / 1971
- Rua José Gonçalves Pereira, 112 – Vila Pinto – Varginha, MG
- CEP 37.010-500 – PABX/Fax: (35) 3221 1900
- Home Page: www.fadiva.edu.br
- e-mail: secretaria@fadiva.edu.br

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO			
CURSO	DIREITO	TURNOS Diurno e Noturno	ANO 3º
DISCIPLINA	DIREITO DO TRABALHO I	CARGA HORÁRIA 120 Horas-aula	
DEPARTAMENTO	DIREITO PRIVADO	ANO LETIVO 2011	

OBJETIVOS DA DISCIPLINA

Transmitir ao estudante uma segura formação sobre a disciplina, em seu aspecto concreto e objetivo, investigando a legislação ordenada e a complementar, a partir dos fundamentos dos direitos sociais estabelecidos pela Constituição Federal de 1988.

Ingressar, com zelo e profundidade, nas técnicas de hermenêutica e de heurística jurídicas aplicadas ao Direito do Trabalho.

Implementar e fomentar a pesquisa através da criação, da organização e do acompanhamento de projetos, que, inclusive, visem às peculiaridades dos regimes de trabalho na região.

EMENTA

Esta disciplina haverá de proporcionar ao aluno uma visão atual e abrangente do Direito do Trabalho, em seu aspecto substantivo, fundada nas perspectivas científica e fática para que possa esse estudante interpretar e aplicar as disposições desse ramo do Direito Positivo, de forma sistematizada, através das unidades didáticas abaixo descritas.

PROGRAMA

1. GÊNESE E EVOLUÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO

- a) Fundamentos históricos, antropológicos e culturais;
- b) O trabalho como instrumento da auto-realização pessoal na sinalização e na transformação do mundo;
- c) Fundamentos éticos, jurídicos e constitucionais;
- d) A paz social, o sentido econômico e a expressão sociológica;
- e) Aspectos do direito social;
- f) As revoluções industriais;
- g) A globalização econômica e o Direito do Trabalho;
- h) Perspectivas para o futuro: combate ao desemprego e qualificação profissional.

2. DIREITO DO TRABALHO NO BRASIL

- a) Evolução histórica: elementos doutrinários e momentos proeminentes;

- b) A existência de regimes trabalhistas diferentes;
- c) A evolução desses regimes e o estado atual.
- d) A dicotomia entre regimes de trabalho urbano e rural;
- e) O regime dos servidores públicos;
- f) O Direito do Trabalho na Constituição Federal de 1988.

3. DIREITO INTERNACIONAL DO TRABALHO

- a) A OIT - Organização Internacional do Trabalho;
- b) Convenções, tratados, recomendações e declarações internacionais no âmbito do Direito do Trabalho;
- c) Principais convenções da OIT;
- d) A contribuição das experiências estrangeiras antigas e modernas.

4. INTRODUÇÃO AO DIREITO DO TRABALHO

- a) Conceito de Direito do Trabalho;
- b) Autonomia, objetivos, denominações e divisão da matéria;
- c) Posição enciclopédica do Direito do Trabalho;
- d) Relações do Direito do Trabalho com outras ciências e com os demais ramos do Direito Positivo;
- e) Fontes do Direito do Trabalho;
- f) Aplicação e interpretação das normas de Direito do Trabalho;
- g) Princípios do Direito do Trabalho;
- h) O princípio da proteção e as posições contemporâneas de flexibilização e desregulamentação.

5. DO EMPREGADO – PRESSUPOSTOS DA RELAÇÃO DE EMPREGO

- a) Conceitos e requisitos;
- b) Conceituação legal e diferenças jurídicas entre o empregado rural, doméstico, empregado em domicílio, aprendiz, público, trabalhador avulso, trabalhador temporário, trabalhador autônomo, trabalhador eventual, estagiário e diretor de sociedade;
- c) Outros tipos de trabalho: trabalho religioso, trabalho familiar, trabalho desportivo, trabalho penitenciário e trabalho voluntário;
- d) As novas tecnologias de informação e sua influência sobre o modo de trabalhar.

6. DO EMPREGADOR

- a) Conceito;
- b) A empresa: conceito, distinções e natureza jurídica,
- c) O grupo de empresas e suas responsabilidades;
- d) Classificação: empregador urbano, rural, doméstico, empresa de trabalho temporário, dono de obra, empregadores equiparados;
- e) Consórcio de empregadores rurais;
- f) Alterações na empresa e suas conseqüências;
- g) Poder de direção do empregador: conceito;
- h) O regulamento de empresa;
- i) A terceirização das atividades empresariais, as cooperativas de trabalho e a responsabilidade do tomador de serviços.

7. DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO

- a) Conceito, denominações, natureza jurídica e diferenciações;
- b) Objeto do contrato;
- c) Trabalho em atividades ilícitas;
- d) Requisitos do contrato: continuidade, subordinação, onerosidade, pessoalidade;
- e) Requisitos não essenciais;
- f) Características do contrato de trabalho;
- g) Classificação, forma e duração do contrato;
- h) Contrato de trabalho por prazo determinado: contrato de experiência, contrato de trabalho por obra certa, contrato de safra, contrato de trabalho por prazo determinado na Lei n.º 9.601, de 1998;
- i) Trabalho a tempo parcial.

8. DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

- a) Princípio da imodificabilidade;
- b) O "jus variandi" do empregador e o "jus resistentiae" do empregado;
- c) Transferência de empregados;

9. DA SUSPENSÃO E DA INTERRUÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

- a) Conceito;
- b) Hipóteses de suspensão e de interrupção: auxílio-doença, acidente do trabalho, aborto, aposentadoria por invalidez, aviso prévio, empregado eleito para cargo de diretor, encargo público, faltas ao serviço, férias, greve, inquérito para apuração de falta grave, intervalos, "lockout", prontidão, sobreaviso, repouso semanal, representação sindical, salário maternidade, segurança nacional, serviço militar, suspensão disciplinar, suspensão do contrato para fins de qualificação profissional;
- c) Efeitos da suspensão e da interrupção do contrato;

10. DA PRESCRIÇÃO TRABALHISTA

- a) Teoria geral;
- b) Prescrições intercorrentes, sucessiva, de períodos descontínuos, privilegiada e restritiva, durante e após a extinção do contrato de trabalho;
- c) Decadência e preclusão;
- d) Legitimidade e momento para se arguir a prescrição;
- e) A prescrição das ações dos empregadores;
- f) A prescrição e os direitos dos empregados domésticos;
- g) A prescrição do FGTS;
- h) A prescrição e os menores;
- i) A prescrição e os direitos do trabalhador rural após a Emenda Constitucional n.º 28 e o direito intertemporal.

11. DO REGISTRO E DA IDENTIFICAÇÃO PROFISSIONAL

- a) A obrigatoriedade de anotação da CTPS e o registro de empregados;
- b) Emissão, entrega e valor das anotações da CTPS;
- c) Sistemas de registros de empregados;
- d) Reclamação administrativa contra a falta de registro;
- e) Multas pela falta de registro e anotação da CTPS;

12. DA DURAÇÃO DO TRABALHO

- a) Evolução histórica;
- b) Conceitos e denominações;
- c) Natureza jurídica da matéria;
- d) Classificação da jornada de trabalho;
- e) Divisor para cálculo do salário-hora;
- f) Empregados excluídos;
- g) Horas extraordinárias: conceito, adicionais, natureza jurídica da verba, integrações ou reflexos na remuneração do empregado;
- h) Acordo de prorrogação de horário: forma, limites, adicional, restrições, duração, efeitos e crítica ao sistema;
- i) Acordo de compensação de horário: forma, limites, duração e proibições;
- j) O sistema de compensação denominado "banco de horas";
- k) Prorrogação da jornada por necessidade imperiosa: força maior, conclusão de serviços Inadiáveis, reposição ou recuperação de horas de paralisação;
- l) Turnos ininterruptos de revezamento: histórico, objetivo, conceito, aplicação, concessão de intervalos e folgas e fixação do turno;
- m) As horas "in itinere";
- n) Sobreaviso, prontidão e uso do "bip"; uso de celulares e outros meios de comunicação;
- o) Trabalho noturno;
- p) Intervalos para descanso e alimentação: intervalos intrajornada e interjornada.

13. DO REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E DOS FERIADOS

- a) Origem, fundamentos antropológicos e denominações;
- b) Fundamentos legais atuais;
- c) Conceito e natureza jurídica;
- d) Direito ao repouso, remuneração do repouso e condições para percepção do direito;
- e) Empresas autorizadas a funcionar aos domingos;
- f) Escala de revezamento;
- g) Remuneração do trabalho realizado no dia destinado ao repouso;
- h) Feriados civis e religiosos.

14. DAS FÉRIAS

- a) Aspectos históricos;
- b) Conceito e natureza jurídica;
- c) Período aquisitivo de férias;
- d) Faltas não consideradas;
- e) Perda do direito às férias;
- f) Período concessivo ou período de gozo das férias;
- g) Férias em dobro;
- h) Férias coletivas;
- i) Remuneração das férias;
- j) Abono ou conversão de férias;
- k) Efeitos da cessação do contrato quanto às férias;
- l) Prescrição;
- m) Outros tipos de empregados e o seu direito às férias;
- n) Penalidades.

15. DAS NORMAS GERAIS DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

- a) Fundamentos legais;
- b) Insalubridade, periculosidade e penosidade;
- c) A CIPA e outros órgãos do sistema de segurança e saúde ocupacional;
- d) As NR - Normas Regulamentadoras urbanas e rurais;
- e) O seguro contra acidentes do trabalho e a reparação civil complementar.

16. DO SALÁRIO E DA REMUNERAÇÃO

- a) Denominações, conceito, classificação e elementos da remuneração;
- b) Salário em dinheiro e salário em utilidades;
- c) O salário mínimo nacional e os pisos regionais de salários;
- d) Tipos especiais de salários: abonos, adicionais, ajuda de custo, comissões, diárias, gorjetas, gratificações, gratificação de função, gratificação de natal (13.º salário), prêmios, quebra de caixa, salário-família, salário maternidade, salário substituição, PIS-PASEP, salário profissional, salário de ingresso, salário normativo e piso salarial;
- e) Participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa;
- f) Proteção ao salário: proteção em face do empregador, dos credores do empregador, dos credores do empregado, irredutibilidade e descontos salariais;
- g) O princípio da isonomia e a equiparação salarial;
- h) Normas legais ou critérios de não discriminação no trabalho e a questão do dano moral em matéria trabalhista.

17. DAS NORMAS DE PROTEÇÃO AO TRABALHO DA MULHER

- a) Fundamentos de proteção ao trabalho da mulher;
- b) Duração do trabalho, salário, trabalho noturno, períodos de descanso, trabalhos proibidos, métodos e locais de trabalho;
- c) Proteção à maternidade;
- d) Práticas discriminatórias contra o trabalho da mulher;

18. DAS NORMAS DE PROTEÇÃO AO TRABALHO DO MENOR

- a) Fundamentos da proteção ao trabalho do menor;
- b) Proteção ao trabalho da criança e do adolescente;
- c) Trabalhos proibidos e duração do trabalho;
- d) O trabalho como aprendizagem;
- e) Menor assistido;
- f) Comparação entre a legislação trabalhista e a legislação civil, oriunda do Estatuto da Criança e do Adolescente.

19. DAS NORMAS ESPECIAIS DE TUTELA DO TRABALHO

- a) Disposições legais especiais sobre duração, remuneração e condições de trabalho de bancários, telefonistas, radiotelegrafistas, radiotelefonistas, operadores cinematográficos; ferroviários, telegrafistas, trabalho portuário, músicos profissionais, serviços frigoríficos, trabalho em minas de subsolo, jornalistas profissionais, professores, químicos, atletas profissionais, técnicos estrangeiros, advogados, médicos, estagiários, serviços no exterior, trabalhadores de concessionários de serviços públicos, vigilantes, operadores de raio X, retireiros e safristas;
- b) Outras profissões regulamentadas;
- c) A nacionalização do trabalho e o processo de integração dos mercados regionais;
- d) Influências do Estatuto da Microempresa e os princípios da desburocratização.

20. DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO

- a) Noções históricas;
- b) A universalização do FGTS pela Constituição Federal de 1988;
- c) Legislação básica atual;
- d) A extensão facultativa do FGTS aos empregados domésticos;
- e) Conceito e natureza jurídica do FGTS;
- f) Estudo das normas regulamentares e complementares sobre o FGTS;
- g) Hipóteses legais de movimentação da conta do FGTS e seus requisitos.

21. DA ESTABILIDADE NO EMPREGO

- a) Noções históricas;
- b) Os preceitos da Constituição Federal de 1988;
- c) Conceito e classificação da estabilidade;
- d) Estabilidade e o regime do FGTS;
- e) Estabilidade definitiva e estabilidade provisória;
- f) Casos de estabilidade provisórias: dirigente sindical, membro da CIPA, gestante, empregado acidentado, empregado membro do Conselho Curador do FGTS e do Conselho Nacional de Previdência Social, empregados eleitos diretores de sociedades Cooperativas, membros da Comissão de Conciliação Prévia, outros casos de estabilidade previstas em normas coletivas e as perspectivas diante da jurisprudência;
- g) Extinção da estabilidade.

22. DA INDENIZAÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO

- a) Introdução, conceito, fundamentos e natureza jurídica;
- b) Contratos por tempo indeterminado e por tempo determinado;
- c) Indenização na estabilidade;
- d) Culpa recíproca, força maior e "factum principis";
- e) Morte do empregador pessoa física e morte do empregado;
- f) Aposentadoria do empregado;
- g) Indenização adicional.

23. DO AVISO PRÉVIO

- a) Origens, conceito, natureza jurídica e divisão;
- b) Irrenunciabilidade do aviso prévio;
- c) Cabimento do aviso, forma, prazo e efeitos;
- d) Aviso prévio e estabilidade;
- e) Doença ou acidente do trabalho;
- f) Aviso prévio cumprido em casa;

- g) Remuneração do aviso prévio,

24. DA CESSAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

- a) Conceito e denominações;
- b) Proteção contra a dispensa arbitrária;
- c) Cessação do contrato por iniciativa do empregado: pedido de demissão, rescisão indireta e aposentadoria espontânea;
- d) Cessação do contrato por iniciativa do empregador: dispensa sem justa causa, dispensa por justa causa, terminologia, conceito, sistemas, taxatividade do artigo 482, da CLT, tipificação da justa causa, elementos da justa causa, forma, local, ônus da prova, hipóteses legais de justa causa.
- e) Cessação do contrato por desaparecimento de uma das partes: morte do empregador pessoa física, morte do empregado e extinção da empresa;
- f) Cessação do contrato por mútuo acordo entre as partes;
- g) Cessação do contrato pelo advento do termo;
- h) Cessação do contrato por motivo de força maior;
- i) Cálculo das verbas trabalhistas devidas em cada modalidade de cessação do contrato;
- j) Assistência na rescisão do contrato de trabalho;
- k) Enunciados do TST sobre os efeitos da quitação;
- l) Prazo para pagamento das verbas rescisórias;
- m) O seguro-desemprego.

25. DO DIREITO COLETIVO DO TRABALHO

- a) Denominação, conceito, divisão e história do Direito Coletivo do Trabalho;
- b) Liberdade sindical: os princípios consagrados pela OIT e pela Constituição Federal de 1988;
- c) A organização sindical brasileira: origens e evolução histórica;
- d) Criação e registro de entidades sindicais;
- e) Categorias econômicas e profissionais;
- f) Categorias diferenciadas;
- g) O sistema confederativo de organização sindical;
- h) Proteção à sindicalização e liberdade de filiação;
- i) Prerrogativas dos associados e dos dirigentes da organização sindical;
- j) Receitas do sindicato: contribuição sindical, contribuição confederativa, contribuição assistencial e mensalidade sindical;
- k) Representação dos trabalhadores na empresa: normas da OIT, a co-gestão da empresa.

26. PERSPECTIVAS PARA O DIREITO DO TRABALHO NO BRASIL E NO MUNDO

- a) Propostas de reformas na legislação trabalhista;
- b) Modelos internacionais novos e experiências de outros povos;
- c) Os direitos sociais e o amparo pátrio constitucional;
- d) O papel e a postura do advogado trabalhista;

27. CONCLUSÃO

Discussão sobre aproveitamento e ordenamento de sugestões.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Observar-se-á o Regimento.

Os alunos farão duas provas semestrais escritas e duas provas escritas sobre temas previamente dados para pesquisa. Farão trabalhos para a finalidade de notas e conceito, influenciando, também, na nota de conceito, a frequência, as arguições orais, a participação nas aulas e nos debates. Obtendo, como média, a nota mínima de 7 (sete), estarão promovidos. Caso contrário, serão submetidos a exame final escrito, devendo, para efeito de aprovação, obter, na extração da média, a nota mínima de 5 (cinco).

METODOLOGIA

Na metodologia a ser utilizada, dar-se-á ênfase às técnicas pedagógicas de aulas expositivas, seminários, trabalhos individuais de pesquisa, dinâmicas de grupos e debates, além de visitas à biblioteca da Faculdade. Sempre que possível e com o comparecimento obrigatório dos alunos, haverá palestras e conferências por renomados mestres da área do Direito do Trabalho.

BIBLIOGRAFIA PRINCIPAL

COSTA, Armando Casimiro, FERRARI, Irany, MARTINS, Melchiades Rodrigues. *Consolidação das Leis do Trabalho*. 37.^a ed.. São Paulo: LTr, 2009.

DELGADO, Maurício Godinho. *Curso de Direito do Trabalho*. 9.ed. São Paulo: LTr, 2009.

MARTINS, Sérgio Pinto. *Direito do Trabalho: doutrina e prática forense*. 29^a ed.. Sao Paulo: Atlas, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARRION, Valentin. *Comentários à CLT*. São Paulo: Saraiva, 34.^a ed. 2009.

MARTINS, Sérgio Pinto. *A terceirização e o Direito do Trabalho*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. *Cooperativas de Trabalho*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Iniciação ao Direito do Trabalho*. 35. Ed. São Paulo: LTr, 2009.

COORDENAÇÃO CURSO

Aprovado: 21/1/2011

Prof. Francisco Vani Bemfica